

INTOXICAÇÃO EXÓGENA POR AUTOMEDICAÇÃO NO NORDESTE BRASILEIRO.

A.Y. de H. Agostinho; J. P. O. de Almeida; J. A. dos Santos; K. F. de Farias & M. F. Soares.

INTOXICAÇÃO EXÓGENA POR AUTOMEDICAÇÃO NO NORDESTE BRASILEIRO.

A.Y. de H. Agostinho¹; J. P. O. de Almeida²; J. A. dos Santos³; K. F. de Farias⁴ & M. F. Soares⁵.

Resumo:

Automedicação é descrita como a utilização de medicamentos sem prescrição por profissionais habilitados, bem como no uso de ervas e remédios caseiros. No Brasil, a prática da automedicação é motivada principalmente para aliviar dores e representa um fator de risco elevado quando utilizado em uma dosagem acima da recomendada. Assim, o objetivo deste estudo é descrever o perfil epidemiológico dos casos de intoxicação exógena por automedicação da região Nordeste. Trata-se de um estudo ecológico, que utilizou dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), entre 2009 e 2019, sobre a região Nordeste. Até dezembro de 2019, foram registrados 6.734 casos de intoxicação exógena por automedicação na região Nordeste. É evidente a maior taxa de automedicação entre mulheres com formação até ensino médio completo, com no máximo 39 anos, residente em zona urbana e parda. Assim, a automedicação é um dos agravantes da saúde, ainda que não chegue a desencadear quadros de intoxicação, sendo assim, faz-se necessário um maior endurecimento da fiscalização, distribuição e normatização de medicamentos, além de ações de promoção da saúde e prevenção de agravos, com o propósito de conscientizar a população quanto aos riscos dessa prática.

Palavras-chave: Uso de Medicamentos; Farmacoepidemiologia; Efeitos Colaterais e Reações Adversas Relacionados a Medicamentos.

Apoio financeiro: Bolsa estudantil vinculada ao Programa Universidade Popular Pró-reitoria de Extensão - PROEX, sob o edital de nº 19, de 14 de dezembro de 2019.

Introdução:

A automedicação é referenciada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como sendo a utilização de medicamentos sem prescrição por profissionais habilitados, com o intuito de estabelecer o autocuidado (WHO, 2000). O exercício da automedicação, no Brasil, é motivado principalmente para aliviar dores, e pode trazer malefícios ao organismo humano por viabilizar o surgimento de doenças iatrogênicas, mascarar outras patologias, promover reações adversas, interações medicamentosas, causar dependência ao usuário, aumentar a resistência microbiana, além de apresentar um fator de risco elevado quando utilizado em uma dosagem acima da recomendada (SOUSA *et al.*, 2018).

A intoxicação exógena é caracterizada por sintomas que causam desarmonia nos sistemas biológicos (BRASIL, 2018). Segundo o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX), em 2017, foram registrados 76.115 casos de intoxicação exógena no Brasil. Em relação às circunstâncias motivadoras para intoxicação exógena por automedicação, tem-se por principal o acidente individual (58,47 %), seguida por a tentativa de suicídio (TS), relatada em 16,72 % dos registros, e erro de administração (1,89 %). Entretanto, é relevante destacar que 9,86 % dos registros de intoxicação exógena no Brasil ignoram o fator circunstância (SINITOX, 2017).

Ademais, no Brasil, foram catalogados 27,11 % de casos por intoxicação exógena por uso de medicamentos, em 2017 (SINITOX, 2017). Esse fato está relacionado ao uso indevido de medicamentos que é prevalente em 16 % da população brasileira, porém é bem maior na região Nordeste, no qual aproximadamente 24 % de seus habitantes utilizam medicamentos sem prescrição (ARRAIS *et al.*, 2016). Consequentemente, 7,27 % dos casos de intoxicação exógena foram relacionados ao Nordeste brasileiro (SINITOX, 2017), caracterizada por ser a terceira região com maior prevalência de automedicação – 12.115 por 100.000 habitantes (SINITOX, 2017), com atribuição principal à circunstância TS que representa 4,27 % do número de casos (SINITOX, 2017).

Devido a isso, o objetivo deste estudo é utilizar a abordagem retrospectiva quantitativa para descrever o perfil epidemiológico dos casos de intoxicação exógena por automedicação da região Nordeste, entre os anos de 2009 e 2019.

¹ Adson Yvens de Holanda Agostinho. E-mail: adsonyvens@gmail.com

² João Paulo Oliveira de Almeida. E-mail: joao.almeida@arapiraca.ufal.br

³ José Anderson dos Santos. E-mail: jose.anderson123@hotmail.com

⁴ Karol Fireman de Farias. E-mail: karolfireman@hotmail.com

⁵ Maryanne Ferreira Soares. E-mail: maryannefs@hotmail.com

INTOXICAÇÃO EXÓGENA POR AUTOMEDICAÇÃO NO NORDESTE BRASILEIRO.

A. Y. de H. Agostinho; J. P. O. de Almeida; J. A. dos Santos; K. F. de Farias & M. F. Soares.

Metodologia:

Trata-se de um estudo ecológico, de caráter quantitativo de base populacional, retrospectivo e epidemiológico descritivo, utilizando dados secundários disponíveis no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), no qual foi pesquisado o perfil epidemiológico dos casos de intoxicação exógena por automedicação, da região Nordeste do Brasil, entre os anos de 2009 e 2019.

Os dados usados no estudo foram coletados em setembro de 2020, através de buscas eletrônicas no Sistema Nacional de Notificações de Doenças (SINAN) do Ministério da Saúde na seção de Epidemiologia e Morbidades, seguindo por Doenças e Agravos de Notificação disponível a partir de 2007, com acesso online e gratuito, disponibilizado pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), por meio do Tabulador de Dados para Ambiente Internet (TABNET).

As informações foram coletadas de acordo com os seguintes critérios de inclusão: dados extraídos a partir das buscas por intoxicação exógena; dados notificados na região Nordeste; medicamentos como agente tóxico; automedicação como circunstância a ser considerada; dados notificados entre os anos de 2009 e 2019; e as variáveis sociodemográficas escolaridade (analfabeto, ensino fundamental incompleto e completo, ensino médio incompleto e completo, ensino superior incompleto e completo, não se aplica e ignorada), raça (amarela, branca, indígena, parda, preta e ignorada), gênero (masculino e feminino), faixa etária (0 a 14 anos, 15 a 19 anos, 20 a 39 anos, 40 a 59 anos, 60 a 69 anos, 70 anos e mais e ignorada), zona de residência (urbana, rural e periurbana), bem como a evolução dos casos (cura com sequela, cura sem sequela, perda de seguimento, óbito por intoxicação exógena, óbito por outra causa, ignorada).

Esse estudo teve a população de 6.734 casos notificados de intoxicação exógena por meio do SINAN, entre os anos de 2009 e 2019. A amostra foi composta pelos casos de intoxicação exógena causadas por automedicação, notificadas na região Nordeste.

Os dados desta pesquisa são secundários provenientes da base populacional disponibilizada pelo Ministério da Saúde, dados de domínio público sem identificação de indivíduos. Dessa forma não requereu submissão no Comitê de Ética em Pesquisa segundo as Resoluções 196/96 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Esses dados foram tabulados e analisados por frequência, em planilhas eletrônicas, e a confecção de tabelas se deu a partir do programa Microsoft Excel 2016. Para calcular o valor de p foi utilizado o teste de Análise de Variância (ANOVA), o nível de significância estabelecido foi de 0,05.

Resultados e discussão:

A região Nordeste é caracterizada por uma área de 1.554.000 km² e a população corresponde aproximadamente a 27,15 % (57.374.243 habitantes) do país, de acordo com estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em julho de 2020 (IBGE, 2020). Até dezembro de 2019, foram registrados nos últimos dez anos 6.734 casos, com uma média anual de 674 casos de intoxicação exógena por automedicação na região Nordeste (SINITOX, 2017).

Considerando as características socioeconômicas, de acordo com a Tabela 1, há uma discrepância entre os gêneros masculino e feminino, sendo evidente um maior índice de automedicação entre mulheres ($n = 4.329$ [64,3 %]) que entre homens ($n = 2.405$ [35,7 %]), igualmente, levando em consideração o nível de significância estabelecido para esse estudo, a variável gênero ($p = 0,027$) é determinante para o fator de adoecimento. Estudos epidemiológicos associaram a automedicação ao maior cuidado que as mulheres têm com sua saúde em relação aos homens, além de estarem mais propícias a apresentar doenças crônicas e dores menstruais, o que as aproxima ao maior uso de analgésicos (PONS *et al.*, 2017).

Ao se analisar o nível de escolaridade, percebeu-se que a educação superior completa ($n = 93$ [1,38 %]) e incompleta ($n = 92$ [1,36 %]) é responsável pelos menores índices de automedicação no período estudado. Esses dados podem ser explicados por dois aspectos: os indivíduos mais instruídos são mais conscientes e tendem a perpetuar menos essa prática, enquanto aqueles com nenhum grau de escolaridade, geralmente, não possuem condições econômicas para comprar medicamentos (DOMINGUES *et al.*, 2017). Desse modo, há alta prevalência de intoxicação exógena por uso de medicamentos entre o público com até o ensino médio completo. É válido ressaltar que 53 % ($n = 3.573$) das notificações foram ignoradas, esse fato impede maiores esclarecimentos em relação ao perfil educacional desse agravo.

De acordo com a faixa etária, o grupo que apresenta a maior quantidade de notificações é a faixa entre 20-39 anos ($n = 2.616$ [38,8 %]), já nas idades mais avançadas, o índice das notificações de indivíduos com 60 anos ou mais corresponde a 5,5 % ($n = 371$) do total da população. Isso mostra que pessoas com até 40 anos são mais ativas e necessitam mais do uso de alguns fármacos como analgésicos, enquanto o grupo de idosos busca com mais frequência o atendimento médico e apresentam menores taxas de automedicação (PONS *et al.*, 2017).

A respeito das notificações por zonas de residência, identificou-se maior prevalência de casos na zona urbana ($n = 5.662$ [84 %]), seguido pela zona rural ($n = 817$ [12,2 %]). Esse achado pode ser justificado pela facilidade no acesso e obtenção de medicamentos na cidade, ocasionado pela maior disponibilidade de farmácias na cidade em relação ao campo, o que favorece a existência de “farmácias caseiras”, ou seja, estoques de medicamentos armazenados nos domicílios (NUNES

INTOXICAÇÃO EXÓGENA POR AUTOMEDICAÇÃO NO NORDESTE BRASILEIRO.

A. Y. de H. Agostinho; J. P. O. de Almeida; J. A. dos Santos; K. F. de Farias & M. F. Soares.

et al., 2017). É relevante destacar que os dados não fazem distinção entre automedicação por uso de medicamentos, nem por uso de remédios caseiros ou ervas naturais (OLIVEIRA *et al.*, 2010).

Em nossa pesquisa, a população parda foi a mais notificada, com 60,4 % (n = 4.071), enquanto a população branca teve 10,2 % (n = 688) de notificação. Ademais, por mais que a população parda e branca seja proporcional demograficamente em termos absolutos, a concentração de renda na população branca é maior, elevando as condições de acesso à saúde e minimizando a necessidade de consumo de medicamentos sem orientação profissional (IBGE, 2019). Embora haja estudos que associam a automedicação aos grupos populacionais amarelo e indígena (ARRAIS *et al.*, 2016), atribuído ao uso rotineiro de ervas medicinais.

Acerca da evolução dos casos de automedicação, foram notificadas majoritariamente curas sem sequelas (n = 5.620 [83,4 %]). A predominância de cura sem sequelas pode ser oriunda da sensação de segurança pelo uso do medicamento por alguma referência seja direta, quando o indivíduo já usou a medicação com prescrição, seja indireta, quando um parente próximo ou vizinho já fez esse uso (PONS *et al.*, 2017).

Tabela 1 - Distribuição das características sociodemográficas de intoxicações exógenas por automedicação no Nordeste, segundo período de registro de 2009 - 2019, Brasil, 2020

Variável	N	%	Valor de p*
Gênero			0,027
Masculino	2.405	35,71	
Feminino	4.329	64,28	
Raça			0,8
Amarela	34	00,5	
Branca	688	10,21	
Indígena	26	00,38	
Parda	4.071	60,45	
Preta	208	3,08	
Ign/Branco	1.707	25,34	
Faixa etária			0,15
0 a 14 anos	1.655	24,57	
15 a 19 anos	992	14,73	
20 a 39 anos	2.616	38,84	
40 a 59 anos	1.599	23,74	
60 a 69 anos	217	3,22	
70 anos e +	154	2,28	
Ign/Branco	1	0,01	
Escolaridade			0,521
Analfabeto	95	14,10	
Ensino fundamental incompleto	1033	15,34	
Ensino fundamental completo	180	2,67	
Ensino médio incompleto	389	5,77	
Ensino médio completo	511	7,58	
Ensino superior incompleto	92	1,36	
Ensino superior completo	93	1,38	
Não se aplica	768	11,40	
Ign/Branco	3.573	53,05	
Zona de residência			0,964
Urbana	5.662	84,08	
Periurbana	31	0,46	
Rural	817	12,13	
Ign/Branco	224	3,32	
Evolução do caso			0,97
Cura com sequelas	52	0,77	
Cura sem sequelas	5.620	83,45	
Perda de seguimento	98	1,45	
Óbito por intoxicação exógena	24	0,35	

INTOXICAÇÃO EXÓGENA POR AUTOMEDICAÇÃO NO NORDESTE BRASILEIRO.

A. Y. de H. Agostinho; J. P. O. de Almeida; J. A. dos Santos; K. F. de Farias & M. F. Soares.

Óbito por outra causa	8	0,11
Ign/Branco	932	13,84
TOTAL	6.734	100

Fonte: MS/ SINAN, 2020.

Notas: p = Teste ANOVA

Conclusões:

Em síntese, as mulheres tiveram mais intoxicação exógena por automedicação nos últimos dez anos, prevalecendo formação até ensino médio completo, com no máximo 39 anos, residente em zona urbana, parda, e que tiveram como evolução cura sem sequelas.

A automedicação é prejudicial à saúde, independente de causar intoxicação exógena ou não. Este ato pode ser decorrente da necessidade de solução rápida para problemas de saúde. A experiência com acompanhamentos de saúde ou relatos bem-sucedidos de amigos, vizinhos ou parentes pode estimular a automedicação.

Considerando os achados sugere-se que a ficha de notificação seja atualizada considerando a inclusão do item de tipos de medicação. O desenvolvimento de ações integradas na atenção básica visando a promoção da saúde e prevenção de agravos, respeitando as diretrizes do Sistema Único de Saúde, assim como fiscalização da distribuição de medicamentos, normatização para comercialização de medicamentos e conscientização da sociedade quanto ao uso consciente de medicações.

Deve-se ressaltar que a produção científica poderá proporcionar identificação do público alvo para as campanhas de conscientização e evidenciar os riscos do uso indevido de fármacos.

Referências Bibliográficas

ARRAIS, Paulo Sérgio Dourado *et al.* Prevalence of self-medication in Brazil and associated factors. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 50, supl. 2, 13s, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102016000300311>. Acesso em: 25 set. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde; Secretaria de Vigilância em Saúde. Intoxicações exógenas relacionadas ao trabalho no Brasil, 2007-2016. **Secretaria de Vigilância em Saúde**, v. 49, p. 1–10, 2018. Disponível em: <<https://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2018/dezembro/26/2018-027.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2020.

DOMINGUES, Paulo Henrique Faria *et al.* Prevalence and associated factors of self-medication in adults living in the Federal District, Brazil: a cross-sectional, population-based study. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 319-330, June 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-96222017000200319&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 25 set. 2020.

IBGE. **Estimativa de População Residente no Brasil e Unidades da Federação com Data de Referência em 1 de Julho de 2020**. n. 3, p. 129, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>>. Acesso em: 25 set. 2020.

IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Estudos e Pesquisas. **Informações Demográficas e Socioeconômicas**, v. 41, p. 1–12, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

OLIVEIRA, EA, Bertoldi AD, Domingues MR, Santos IS, Barros AJD. Uso de medicamentos do nascimento aos dois anos: coorte de nascimentos de Pelotas, RS, 2004. **Rev. Saúde Públ.** 44(4): 591-600, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-89102010000400002>>. Acesso em: 25 set. 2020.

PONS, Emilia Da Silva *et al.* Predisposing factors to the practice of self-medication in Brazil: Results from the National Survey on Access, Use and Promotion of Rational Use of Medicines (PNAUM). **PLoS ONE**, v. 12, n. 12, p. 1–12, 2017. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29220378/>>. Acesso em: 25 set. 2020.

NUNES, Caroliny Ribeiro de Melo *et al.* Panorama das intoxicações por medicamentos no Brasil. **Rev. e-ciência**, 5(2): 98-103. 2017. Disponível em: <<http://www.revistafjn.com.br/revista/index.php/eciencia/article/view/247>>. Acesso em: 25 set. 2020.

SINITOX. Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas. Tabela 6. Casos, Óbitos e Letalidade de Intoxicação Humana por Agente e por Região. Brasil, 2017. **Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas**. 2017. Disponível em: <https://sinitox.icict.fiocruz.br/sites/sinitox.icict.fiocruz.br/files/Brasil6_1.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

SOUSA, Livia Alves Oliveira de *et al.* Prevalência e características dos eventos adversos a medicamentos no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 4, e00040017, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2018000405005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 25 set. 2020.

WHO. World Health Organization. **Guidelines for the regulatory assessment of medicinal products for use in self-medication**. Geneva. 2000. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/handle/10665/66154>>. Acesso em: 25 set. 2020.